

LLZ Solução Cobrança S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A LLZ Solução Cobrança S.A. ("LLZ" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, de médio porte, e de origem nacional, que atua na prestação de serviços de cobrança e receita garantida de taxas condominiais para condomínios residenciais, comerciais, mistos e correlatos do ramo. A Companhia possui sua sede em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, na Rua dos Guajajaras, 1611, salas 601, 602 e 902, bairro Barro Preto, contudo, sua operação se estende a todo território nacional através das suas filiais regionais.

Nesse contexto, a operação da Companhia consiste na emissão de boletos mensais de todas as unidades dos condomínios que são clientes da LLZ e, após a data de vencimento desses boletos, é realizado o repasse de 100% das taxas condominiais para os condomínios descontando a taxa de serviço da LLZ e é realizada a cobrança das unidades inadimplentes. Para prestar esse serviço, é cobrado uma taxa administrativa fixa mensal sobre o valor do rateio do condomínio, mais uma taxa variável sobre o valor da inadimplência recebida dos condôminos, para o condomínio.

Em março de 2022, a LLZ incorporou as outras duas empresas do grupo: LZ Cobrança de Condomínio Ltda., CNPJ 25.526.979/0001-67, cujo laudo de avaliação do acervo líquido foi de R\$ 7.109.799 e Avant Cobrança Ltda., CNPJ 26.569.497/0001-57, cujo laudo de avaliação do acervo líquido foi de R\$ 2.027.029.

Em maio de 2022, os sócios decidem alterar o tipo societário, passando de Sociedade Simples Limitada para Sociedade Empresária Limitada.

Em julho de 2022, os sócios decidem transformar o tipo societário, passando de Sociedade Empresária Limitada para Sociedade Anônima, de Capital Fechado.

Atualmente, no ramo de cobrança e receita garantida de taxas de condomínio, a LLZ atende mais de 800 condomínios em todo o Brasil, correspondendo a mais de 120.000 condôminos atendidos mensalmente.

2. Base de preparação

a) Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)), com base nas disposições da legislação societária (Leis nºs 11.638/07 e 6.404/76).

Os valores estão expressos em reais, em moeda corrente nacional, exceto quando indicado de outra forma.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria da Companhia em 09 de março de 2023.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3. Principais práticas contábeis

A Companhia observa o princípio contábil da competência para o registro de suas transações, combinado ainda com os seguintes aspectos:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, com risco insignificante de mudança de valor, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 4.

b) Contas a receber de clientes e provisão para perdas de crédito esperadas

Estão representadas no balanço pela taxa de serviço pelo serviço prestado e ainda não recebido do condômino inadimplente e valor repassado ao condomínio referente a inadimplência dos condôminos e ainda não recebido.

Quando julgado necessário pela Administração, é registrada a provisão para de crédito esperadas, que é constituída com base na análise das contas a receber e em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas, quando de sua realização. Não houve registro de provisão para perdas de recebíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

c) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidas dentro de outras receitas no resultado.

ii) Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, a partir da vida útil estimada do bem, avaliada internamente.

d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Companhia possui obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e para que o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

Os riscos classificados como perdas possíveis pelos advogados da Companhia são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

e) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável de ocorrer nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

f) Receita operacional

Prestação de serviços

A Companhia opera com a prestação de serviços de cobrança e receita garantida das taxas condominiais, para condomínios residenciais, comerciais e mistos e correlatos do ramo. As receitas relacionadas a taxa administrativa fixa mensal e taxa variável são reconhecidas no resultado quando da efetiva emissão da nota fiscal de prestação de serviços aos clientes (condomínios).

g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15% sobre a presunção de 32% do valor da receita bruta, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro presumido tributável excedente de R\$ 60.000 no trimestre, para o imposto de renda e 9% sobre o lucro presumido tributável para a contribuição social.

h) Cessação dos efeitos da coisa julgada

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (“STF” ou “Supremo”) concluiu o julgamento sobre a “coisa julgada” em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em controle difuso cessa imediatamente os seus efeitos quando proferido novo julgamento, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral pelo Supremo. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia avaliou os impactos desta decisão e concluiu que não existe impacto relevante nas demonstrações contábeis e na destinação do resultado do período em decorrência de tal decisão.

3.1. Uso de estimativas e julgamentos

Ao preparar as demonstrações contábeis, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes.

A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para contingências e outras avaliações similares.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

3.2. Novos pronunciamentos para pequenas e médias empresas

O International Accounting Standards Board (IASB) está realizando uma Revisão Abrangente da IFRS para Pequenas e Médias Empresas (PME). Para reunir diferentes pontos de vista sobre esta revisão, o IASB publicou uma minuta para discussão: Terceira Edição da IFRS para PME, em setembro de 2022. O IASB considerará todas as respostas recebidas até 7 de março de 2023. A norma internacional foi recepcionada no Brasil pelo CPC PME e pela NBC TG 1000 (emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade).

A administração da Companhia não espera que a adoção dos assuntos objeto de discussão tenha um impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia em períodos futuros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021 (Não auditado)
Caixa	105	-
Bancos	692.028	92.823
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	37.144.590	1.718.794
Total	37.836.723	1.811.617

(a) As aplicações financeiras dos exercícios de 2022 e 2021 estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está entre 0,7% a.m. e 1,15% a.m. atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata.

5. Contas a receber

	2022	2021 (Não auditado)
Clientes – taxa de serviço/administração (*)	2.800.058	693.078
Repasses aos condomínios (**)	37.604.821	9.308.051
Total	40.404.879	10.001.129

(*) Valor descontado do condomínio referente à taxa de serviço pelo serviço prestado e ainda não recebido do condômino inadimplente.

(**) Valor repassado ao condomínio referente à inadimplência dos condôminos e ainda não recebido.

Composição dos saldos por idade de vencimento:

	2022	2021 (Não auditado)
Vencidos:		
Até 30 dias	6.855.713	1.696.945
31 a 60 dias	4.053.604	1.003.359
61 a 90 dias	3.381.888	837.094
91 a 120 dias	2.666.722	660.075
121 a 150 dias	2.294.997	568.064
151 a 180 dias	1.979.839	490.055
181 a 360 dias	8.549.672	2.116.239
Acima de 360 dias	10.622.444	2.629.297
Total	40.404.879	10.001.129

Considerando que a Companhia possui duas garantias robustas de recebimento dos recebíveis, não existe o risco de perda de créditos em liquidação duvidosa. A primeira garantia é do próprio condômino inadimplente com suas obrigações condominiais, já que o débito possui natureza *propter rem*, e preferência de recebimento mesmo em situações de concorrência de credores. Ainda assim, caso não seja possível do recebimento do próprio devedor, os nossos clientes, Condomínios Edifícios, são coobrigados no cumprimento da obrigação, respondendo subsidiariamente em caso de insucesso no recebimento do condômino. Lembrando que não cabe pedido de falência e/ou recuperação judicial aos Condomínios Edifícios.

6. Imobilizado

	Edificações (i)	Móveis e utensílios (ii)	Máquinas e equipamentos (iii)	Computadores e periféricos (iv)	Veículos (v)	Total
Custo de aquisição						
Em 31 de dezembro de 2020						
(Não auditado)	620.000	32.347	104.723	-	42.990	800.060
Adições	-	4.397	-	9.173	51.910	65.480
Em 31 de dezembro de 2021						
(Não auditado)	620.000	36.744	104.723	9.173	94.900	865.540
Adições	500.000	53.727	56.339	556.959	170.590	1.337.615
Em 31 de dezembro de 2022	1.120.000	90.471	161.062	566.132	265.490	2.203.155
Depreciação						
Em 31 de dezembro de 2020						
(Não auditado)	(57.866)	(25.315)	(81.902)	-	-	(165.083)
Adições	(24.800)	(5.689)	(18.712)	(1.070)	(16.972)	(67.243)
Em 31 de dezembro de 2021						
(Não auditado)	(82.666)	(31.004)	(100.614)	(1.070)	(16.972)	(232.326)
Adições	(111.466)	(4.352)	(44.816)	(45.346)	(53.384)	(259.364)
Em 31 de dezembro de 2022	(194.132)	(35.356)	(145.430)	(46.416)	(70.356)	(491.690)
Imobilizado líquido						
Saldo em 31 de dezembro de						
2021 (Não auditado)	537.334	5.740	4.109	8.103	77.928	633.214
Saldo em 31 de dezembro de						
2022	925.868	55.115	15.632	519.716	195.134	1.711.465

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia avaliou e não constatou indicadores que determinassem a existência de “impairment” para o ativo imobilizado. O imobilizado da Companhia está integralmente localizado no Brasil, sendo empregado exclusivamente no seu contexto operacional.

As taxas de depreciação praticadas pela Companhia são: **(i)** 4% a.a. para Edificações; **(ii)** 10% a.a. para Móveis e utensílios; **(iii)** 10% a.a. para Máquinas e equipamentos; **(iv)** 20% a.a. para Computadores e periféricos; e **(v)** 20% a.a. para Veículos.

7. Obrigações tributárias

	2022	2021 (Não auditado)
ISS a recolher	131.258	49.454
Imposto de renda a recolher	296.774	138.865
Contribuição social a recolher	175.075	20.571
IRRF a recolher	1.077	-
Pis a recolher	55	88
Cofins a recolher	255	408
CSRF a recolher	2.185	60
ISS retido a recolher	1.236	494
IRRF PJ a recolher	39.175	-
IRRF PF a recolher	-	6.144
Total	647.090	216.084

8. Obrigações sociais e trabalhistas

	2022	2021 (Não auditado)
INSS a recolher	198.475	36.439
FGTS a recolher	49.755	11.817
IRRF PF a recolher	443.828	-
Salários e <i>pró-labore</i> a pagar	365.372	84.529
Provisão e encargos sobre férias	447.538	132.403
Total	1.504.968	265.188

9. Provisão para riscos

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis em andamento. Está discutindo essas questões tanto na esfera administrativas como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

A Administração, com base em informações de seus assessores legais, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possui processos consideradas como risco provável com base na avaliação dos assessores jurídicos.

O valor das causas dos processos da área cível com possibilidade de perda possível, portanto não objeto de provisionamento em 31 de dezembro de 2022, monta em R\$ 21.187.

10. Patrimônio líquido

10.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 61.136.828 divididos em 14.849.104 ações, todas ordinárias nominativas e sem valor nominal (R\$ 1.950.000 em 2021).

Em janeiro de 2022 foi integralizado o valor de R\$ 50.000 pelo sócio Lúcio Delfino.

Em março de 2022 o capital foi aumentado em R\$ 9.136.828 em razão da incorporação de duas empresas do grupo: LZ Cobrança de Condomínio Ltda., cujo laudo de avaliação do acervo líquido foi de R\$ 7.109.799 e Avant Cobrança Ltda., cujo laudo de avaliação do acervo líquido foi de R\$ 2.027.029.

Em outubro de 2022 houve a venda de parte da LLZ Solução Cobrança S.A. para Seedling Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (BTG) e aportado o valor de R\$ 50.000.000 referente a 25% de participação no capital social da Companhia.

O BTG se tornou acionista da Companhia com o objetivo de impulsionar o crescimento da mesma por meio do incremento do capital de giro para o negócio e consequente aumento da carteira de clientes.

Descrição	Quantidade de ações	% de participação	R\$
Zener Ferreira da Costa	5.568.414	37,50	5.568.414
Lúcio de Queiroz Delfino	5.568.414	37,50	5.568.414
Seedling Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	3.712.276	25,00	50.000.000
Total de ações integralizadas	14.849.104	100,00	61.136.828

10.2. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída anualmente como destinação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, observando o limite de 20% (vinte por cento) do capital social ou até que o saldo desta reserva, somado ao montante das reservas de capital, atingir 30% (trinta por cento) do capital social.

Reserva de lucros para expansão e investimentos

Constituída anualmente com o saldo do lucro líquido, após a constituição da reserva legal (5%) e a destinação de 40% do lucro líquido, para pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas.

A reserva de investimentos terá por finalidade: (i) assegurar recursos para investimentos da Companhia em bens do ativo não circulante; (ii) financiar a expansão das atividades da Companhia, inclusive por meio de aquisição de participações em outras sociedades e por meio do aumento da sua capacidade de exposição a riscos de inadimplência; (iii) reforçar o capital de giro da Companhia; e (iv) futuras distribuições como dividendos, na forma da lei e do Estatuto Social. O saldo total da reserva de investimentos não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social da Companhia.

A cada exercício, o saldo remanescente de lucro, caso a reserva de investimentos tenha atingido o limite legal, deverá ser integralmente incorporado ao capital social da Companhia.

A movimentação da rubrica segue abaixo:

	2022	2021 (Não auditado)
Saldo inicial	9.220.855	8.120.206
Reserva legal	369.133	-
Reserva de lucros para expansão e investimentos	4.208.118	1.100.649
Saldo final	13.798.106	9.220.855

10.3. Dividendos

De acordo com o estatuto social, deve-se distribuir como dividendos a cada exercício social findo em 31 de dezembro um valor mínimo de 40% do lucro líquido, após a reserva legal, na forma da Lei das Sociedades por Ações. Caso o caixa disponível não seja suficiente para pagamento dos dividendos em determinado exercício social, a parcela não paga deverá ser alocada para a reserva de lucros a realizar e paga como dividendos aos acionistas tão logo a Companhia realize financeiramente tais lucros, de acordo com o disposto da Lei das S.A.

Os dividendos a pagar foram registrados como obrigação no passivo:

	2022	2021 (Não auditado)
Lucro líquido do exercício	7.382.662	5.093.273
Reserva legal (5%)	(369.133)	-
Dividendos distribuídos	-	(3.013.786)
Reserva de lucros para expansão e investimentos	(4.208.118)	(1.100.649)
Total dividendos a pagar	2.805.411	978.838

11. Receita operacional líquida

	2022	2021 (Não auditado)
Receita bruta de serviços prestados:		
Receita com taxas administrativas	14.271.487	6.674.237
Receita com taxas variáveis	9.241.857	3.155.879
(-) Impostos sobre serviços prestados	(2.033.551)	(845.540)
Receita operacional líquida	21.479.793	8.984.576

12. Custos e despesas por natureza e função

	2022	2021 (Não auditado)
Despesas com pessoal	(2.470.738)	(431.466)
Serviços de terceiros	(167.963)	(475.624)
Despesas comerciais	(300.605)	(61.422)
Depreciação	(259.364)	(67.243)
Outras despesas administrativas e gerais	(830.706)	(308.530)
Custos com pessoal	(5.487.571)	(1.589.671)
Custos com serviços de terceiros	(1.940.279)	-
Total	(11.457.226)	(2.933.956)
Custo dos serviços prestados	(7.427.850)	(1.589.671)
Despesas administrativas e gerais	(4.029.376)	(1.344.285)
Total	(11.457.226)	(2.933.956)

13. Outras receitas (despesas) operacionais

	2022	2021 (Não auditado)
Recuperação de receitas diversas	-	44.251
Multas contratuais (*)	(506.554)	-
Total	(506.554)	44.251

(*) Refere-se à multa contratual com a BTG Seguros referente ao acordo operacional dos contratos de Seguro Garantia que deveriam ser implementados em novembro de 2022 e foram implementados em janeiro de 2023

14. Resultado financeiro

	2022	2021 (Não auditado)
Receitas financeiras	1.451.427	70.074
Rendimentos de aplicações financeiras	1.451.179	69.959
Juros recebidos e descontos obtidos	248	115
Despesas financeiras	(557.125)	(2.369)
Juros passivos	(3.673)	(36)
Despesas bancárias	(3.501)	(2.333)
Imposto sobre operações financeiras	(133.961)	-
Juros sobre debêntures (*)	(415.990)	-
Resultado financeiro líquido	894.302	67.705

(*) Juros referente à debêntures conversíveis em ações realizada com o Banco BTG Pactual nos meses de julho e setembro de 2022 e convertidas em ações da Companhia no mês de outubro do mesmo ano.

15. Imposto de renda e contribuição social

	2022		2021 (Não auditado)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	23.513.344	23.513.344	9.830.116	9.830.116
Presunção (32%)	7.524.270	7.524.270	3.145.637	3.145.637
Receitas financeiras	1.451.179	1.451.179	69.959	69.959
Base de cálculo	8.975.449	8.975.449	3.215.596	3.215.596
IRPJ (15%) e CSLL (9%)	(2.219.863)	(807.790)	(779.899)	(289.404)
Total IRPJ e CSLL		(3.027.653)		(1.069.303)

16. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e a Administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas comparadas àquelas vigentes no mercado.

A Companhia não aplica em derivativos complexos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem dos valores contábeis dos mesmos, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

a) Gestão de risco financeiro

A Companhia está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio, destacam-se:

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

Risco de crédito

O risco de crédito está associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados aos seus clientes e é atenuado pelo fato de que a sua carteira é composta, na sua grande maioria, por clientes de grande porte. Os valores demonstrados como vencidos e relacionados a contratos de curto prazo possuem repactuação de prazo de pagamento.

A Companhia está sujeita ao risco de crédito associado às suas aplicações financeiras e valores a receber das operações. Esse risco é atenuado pela restrição de suas operações a instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações em títulos públicos de renda fixa e curto prazo de vencimento, com liquidez diária.

Riscos financeiros

É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinados instrumentos financeiros oscilem devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. A Companhia gerencia o risco de mercado com o objetivo de garantir que esteja exposta somente a níveis considerados aceitáveis de risco dentro do contexto de suas operações.

b) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

c) Operações com derivativos

A Companhia não possui contratos de operações financeiras com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

17. Eventos subsequentes

A Administração da Companhia avalia anualmente a ocorrência de eventos subsequentes à data das demonstrações contábeis. Não ocorreram eventos compreendendo a data das demonstrações e a data de sua aprovação que devessem ser ajustados ou divulgados nas demonstrações contábeis.

ZENER FERREIRA DA COSTA

Diretor

CPF: 074.415.626-27

FERNANDO ANTÔNIO DE CAMARGOS

Contador – CRC MG 55464

CPF: 274.641.806-15